

EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

QUESTÃO SOCIAL, DEPENDÊNCIA E DESCOLONIZAÇÃO

*Ricardo Souza Araújo
Marcos Pereira Diligenti*

Este trabalho busca analisar a Questão Social como expressão universal, tendo em vista a mundialização financeira crescente no capitalismo contemporâneo e, simultaneamente particular, focando no contexto brasileiro, país periférico/dependente e agudamente transpassado pelo apartheid de gênero, social e racial no mundo do trabalho. Este trabalho adota o método dialético, aliado à pesquisa bibliográfica e à análise de conteúdo, como procedimentos metodológicos.

Na atual crise do estrutural do capital, a classe dominante impõe, de forma generalizada, contrarreformas neoliberais para a manutenção das suas taxas de lucro. Este quadro é agravado nas economias dependentes, exportadoras de matérias-primas, com trabalho a superexploração da força de trabalho, unida à usurpação direta de suas riquezas por meio das chamadas “dívidas públicas”.

Fernandes (2004) observa que a classe trabalhadora brasileira nasceu da divisão “sócio, sexual e racial do trabalho”, portanto, não há como desconsiderar temas como o racismo estrutural, o machismo patriarcal, e à desigualdade social na sua formação.

Pode-se afirmar que: o Brasil, foi parido do estupro e do etnocídio dos povos originários e da escravização dos povos africanos.

Mesmo com a independência formal, manteve-se o poder nas mãos dos colonizadores, e com a onda de imigração europeia, os ex-escravos foram colocados na condição de um imenso exército de reserva. Desta forma foram impostas as leis de acumulação capitalista, bem como, a criminalização da pobreza, da negritude e a desvalorização da mulher.

O país, manteve desde então a sua economia voltada prioritariamente à exportação de matérias-primas. A consequência deste fato é a de que capacidade de consumo interno do trabalhador não se constituiu, ao longo da história, como um fator determinante para a acumulação de capital. É esse motivo que leva até os dias atuais, e sobretudo neste período, na falta de uma orientação no sentido de elevar os padrões salariais, nem de garantir políticas sociais efetivas.

Neste sentido, para contra restar o caráter desigual do mercado externo, a acumulação capitalista dependente deve ser fundada na superexploração (MARINI, 2000), com o incremento da jornada e da intensidade do trabalho, sem a garantia do valor que reproduza esta força de trabalho. Desta forma a di-

visão sócio-racial e de gênero do trabalho e do poder retroalimenta-se em parâmetros atuais, de modo a legitimar a superexploração de amplas camadas da classe trabalhadora (QUIJANO, 2014).

Na atualidade, embora a proletarianização seja generalizada, a superexploração se impõe de forma ainda mais severa entre trabalhadores e trabalhadoras negros e negras. Portanto, faz-se necessário edificar uma luta, que articule a questão racial, a questão de classe, de gênero e a questão nacional, a ser enfrentada por um projeto revolucionário antirracista e classista de nação, ou seja, um projeto descolonial total. (BEZERRA, 2020).

Santos (2012) aponta para as principais peculiaridades da Questão Social no Brasil: a superexploração do trabalho e apassivamento das lutas sociais via repressão ou cooptação foram recorrentes na história, mesmo com a observância de alguns períodos de uma modernização conservadora, que tinham a sua principal meta a prevenção das lutas populares e manutenção dos blocos de poder. Fernandes (2004) corrobora esta visão ao observar que a Revolução Burguesa no Brasil, lenta e gradualmente aboliu a escravidão, mas manteve desvalorizada a força de trabalho; instituiu o Estado Novo e a Legislação trabalhista, mas cooptou os sindicatos; e finalmente, após décadas de desenvolvimentismo, aplicou um Golpe Militar, em 1964, para conter as “Reformas de Base”, que se prefiguravam no período de Jango.

Ainda neste aspecto, o próprio processo de redemocratização (a partir de 1979), também lento e gradual foi, por óbvio, conquista das lutas populares, mas cooptado pelas “intocáveis” elites nacionais. Não por acaso, nesta Nova República, conquistou-se um tardio e limitado Estado Social de bem-estar social, logo seguido por governos neoliberais, que implementaram contrarreformas e privatizações.

Já no século XXI, os governos conciliadores sociais liberais, ampliaram os benefícios sociais, mas mantiveram as reformas neoliberais, fortalecendo as estruturas do estado burguês.

Esta pseudo conciliação, impraticável a partir de uma análise mais acurada da Questão Social, sobreposta a uma crise internacional do capital, abriu terreno para a implementação de um novo Golpe (desta vez parlamentar/midiático), que veio aprofundar os ajustes fiscais, e retomar o perfil neoliberal ortodoxo, tendência que se agudiza com a última eleição presidencial e com a pandemia do coronavírus.

Hoje no Brasil se observa a barbárie do Capital. Diante da crise econômica, política, social e sanitária testemunhamos a falência da Nova República e o interregno. A compreensão das expressões da Questão Social é fundamental para combater o austericídio social em marcha. Os sinais de resistência surgem, a exemplo das lutas antifascistas pelo país, das greves dos trabalhadores “uberizados”, entre outros movimentos sociais. Neste cenário, é

crucial debater os Fundamentos do Serviço Social, a partir das contribuições marxistas da Dependência e Descolonização, para formatar uma práxis que tenha a potencialidade de expandir a sua atuação da propaganda para a agitação da classe trabalhadora na busca de sua emancipação. Finalmente com o efetivo ataque à estrutura do sistema capitalista.

Referências

BEZERRA, M. Da Teoria Marxista da Dependência a um Marxismo Descolonial: América Latina, Revolução e Socialismo para o século XXI.

Revista Movimento. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/da-teoria-marxista-da-dependencia-a-um-marxismo-descolonial-america-latina-revolucao-e-socialismo-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: ago. 2020.

FERNANDES, F.; IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão popular, 2004.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*:

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

ESTADO, NEOLIBERALISMO E PROTEÇÃO SOCIAL: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES PERMANENTES

*Milena Dorneles Rodrigues
Ana Carolina Vaz dos Santos*

O presente trabalho propõe-se a tecer reflexões acerca do acirramento do neoliberalismo e as consequências sociais para a classe trabalhadora, com intuito de explicitar o alto nível de desmontes sociais devido a diminuição do Estado sobre a proteção social; assim, aborda-se os aspectos históricos e conceituais da política social brasileira, articulando-a com os ganhos e perdas a nível de direitos sociais ao longo da história. Para tanto, parte-se de uma indagação teórica desenvolvida com base em levantamento bibliográfico, a partir de publicações da área das ciências sociais e humanas, as quais fundamentam-se na teoria